

Considerações sobre o sujeito na linguagem: da Língua ao Discurso

Luciana Paiva de Vilhena Leite¹

"A subjetividade (...) é a capacidade do locutor para se propor como 'sujeito'. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (...) mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência".

(BENVENISTE, 1995:286)

RESUMO: Este artigo pretende traçar considerações sobre a linguagem como forma de ação, estabelecendo uma distinção entre língua, discurso e enunciação e a concepção do sujeito nessas perspectivas. Pretende, ainda, esclarecer o papel da Análise do Discurso, da Pragmática e da Teoria da Enunciação para o estabelecimento e para a consolidação do sujeito na linguagem, sujeito este não evidenciado pela Linguística como ciência autônoma.

Palavras-chave: Sujeito - Língua – Discurso

ABSTRACT: The aim of this article is to consider language as a way of action, establishing a difference between language, discourse and enunciation and the conception of the subject in their perspectives. It intends, also, to explain the role of Discourse Analysis, of Pragmatics and of the Theory of Enunciation for the establishment and consolidation of the subject in language, that was not focused for Linguistics as an autonomous science.

Keywords: Subject – Language - Discourse

¹ Mestre e Doutora em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Professora Assistente da Universidade Católica de Petrópolis (UCP), atuando na área docente de Letras e em pesquisa vinculada aos estudos do Discurso e da Variação.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é traçar considerações sobre o sujeito na linguagem e suas implicações na Língua, no Discurso, passando pela Enunciação. Nesse sentido, nossa proposta é apresentar a linguagem como forma de ação – perspectiva de correntes como a da Pragmática, que se opõe, por sua vez, à tradição da Linguística como ciência autônoma. A linguagem em ação seria, pois, o primeiro momento através do qual se perceberia a figura do sujeito como partícipe do ato comunicativo.

De acordo com Benveniste (1995:285), *"é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem"*.

Não se pode falar de homem sem que se observe a relação desse homem com a sociedade de seu tempo. É esse, por exemplo, o papel da Análise do Discurso de linha francesa, mais especificamente o enfoque da Semiologia. Segundo essa perspectiva, o discurso opera com um material verbal: a Língua e com um material psicossocial: testemunha dos acontecimentos humanos, fazendo com que o sujeito seja, ao mesmo tempo, o agente e o reflexo da sociedade de que participa. É justamente esse homem como SUJEITO que pretendemos abordar no presente estudo, homem este que ficou "esquecido" nas análises de base puramente linguística. O discurso passa, então, a focar o sujeito como aquele que se apropria da língua, transformando-a e moldando-a funcionalmente para atingir seus propósitos comunicativos.

Este trabalho pretende, então, sucintamente, apresentar alguns aspectos do sujeito na linguagem e salientar os papéis que ele pode assumir no trânsito entre a perspectiva da Linguística para as novas concepções no Discurso.

1. Considerações preliminares

1.1. Discurso e texto

Apesar de os termos "discurso" e "texto" serem, muitas vezes, usados indistintamente, na concepção da Análise do Discurso – doravante AD –, é importante pontuar que há entre esses conceitos alguma diferenciação.

O termo "discurso" diz respeito a uma significação mais abrangente do que a de "texto". Compreende-se, então, por discurso **uma unidade transfrástica que se submete a regras de organização vigentes em um grupo social determinado**: regras que governam uma narrativa, um diálogo, uma argumentação ou, em outras palavras, um discurso político, jurídico, publicitário, etc.

O termo "texto", por seu turno, vincula-se a um aspecto mais restrito, referindo-se, necessariamente, à **materialidade física (verbal) das sequências da língua**. Trata-se, então, de produções orais ou escritas consubstanciadas pelo encadeamento de sentenças sintaticamente organizadas, dotadas de **coesão** (elementos gramaticais de ligação entre as partes do texto) e **coerência** (construção de sentido a partir do encadeamento textual), entre outros fatores de textualidade.

Veja-se o exemplo a seguir:

(01) NÃO FUMAR!

Considera-se, na sequência acima, "texto" se observarmos a materialidade verbal (sequência linear) da língua e "discurso" se percebermos esse texto inscrito em dado contexto: escrito, em letras maiúsculas vermelhas, em determinado lugar na sala de espera de um hospital, por exemplo.

Observa-se, então, que o "discurso" assume um valor mais amplo do assumido pelo "texto", uma vez que leva em conta aspectos relativos a práticas sociais motivadoras desse "ato de linguagem", bem como aspectos ideológicos e pragmáticos. Quando, por exemplo, perguntamos a alguém, na rua, "você tem horas?", fica claro para um nativo de Português do Brasil que esse enunciado supõe uma resposta como "são tantas horas" e não a resposta "tenho". O que assegura a comunicação, neste caso, são as **condições pragmáticas**, que

levam, em última instância, ao **sucesso** do suposto diálogo. O texto é, então, a "materialidade verbal" através da qual o discurso se apresenta.

1.2. Enunciado e enunciação

De acordo com Maingueneau (2001:56), "*enunciado se opõe à enunciação da mesma forma que o produto se opõe ao ato de produzir*". Nesse sentido, a **enunciação** é o processo, isto é, o ato de produzir discurso, enquanto o **enunciado** é o resultado da enunciação (que está fisicamente expresso na sentença, por exemplo).

Essas conceituações, na concepção da AD, não são, necessariamente, estanques. Na realidade, costuma-se dizer que o enunciado (uma frase/sentença) contenha a projeção do momento da enunciação. Sendo assim, o conceito de enunciado traz à tona a linguagem como forma de ação que enfocamos no presente trabalho.

1.3. Enunciador *versus* enunciatário ou locutor *versus* interlocutor

Já que o discurso é visto como forma de ação entre parceiros, ele remete, necessariamente, às figuras de locutor-interlocutor ou enunciador-enunciatário, que são instâncias representativas do sujeito no discurso em relação dialógica. Isso ocorre independentemente de ser o discurso oral ou escrito, ficcional ou real.

A visão do sujeito em constante relação dialógica difere da visão apresentada, por exemplo, pela Escola de Praga, cujo principal representante é Roman Jakobson, para quem a comunicação ocorre de um emissor para um receptor em torno dos quais há uma mensagem, veiculada por um canal, usando-se um código inserido em um contexto. A noção de "emissor" e de "receptor", figuras passivas e estanques, é, pois, reconfigurada e surge, na concepção da AD, o "enunciador" dirigindo-se a um "enunciatário" ou de um "locutor" referindo-se a seu "interlocutor", o que confere maior dialogismo ao ato enunciativo. Isso quer dizer que a velha passividade observada na mensagem sendo "transmitida" de um emissor a um mero "receptor" ganha dimensão mais dinâmica em que ambos os sujeitos envolvidos no ato comunicativo mudam constantemente de papel, garantindo, definitivamente, o dialogismo característico da linguagem como forma de ação.

2. Os estudos sobre a linguagem: do formalismo da Linguística à Análise do Discurso (AD)

Muitos foram os caminhos percorridos pelos estudiosos da linguagem. De *Saussure*, para quem a língua era vista como instrumento de intercomunicação social a *Chomsky*, para quem a língua era a representação do pensamento. Tanto um quanto outro (formalistas) viam a língua como passível de “sistematização”. Assim, o **formalismo** concebia a língua como entidade abstrata desvinculada de seu sujeito: a instância de produção, que dialoga com uma instância de interpretação real ou virtual.

A **Análise do Discurso** (AD) – e todas as correntes dela decorrentes, como a **Pragmática** e a **Teoria da Enunciação** –, por sua vez, concebe a língua como uma tentativa de desvendar sentidos constituídos junto com o discurso de seus enunciadores e através dele e não como “*mero instrumento que serve para transmitir um sentido ‘já presente’*” (Mazière, 2007:16).

Desse modo, a língua não mais é vista como entidade abstrata e coletiva (“*La Langue*”, de Saussure), que se opõe a uma concretização individual (“*La Parole*”, de Saussure) e o **discurso** passa a ser uma “*manifestação atestada de uma sobredeterminação de toda fala individual*” (Mazière, op. cit, p. 13).

3. Do "sujeito assujeitado" ao sujeito polifônico

Pêcheux, considerado um dos fundadores da AD, postula a teoria do “**sujeito assujeitado**”, isto é, o sujeito locutor não é capaz da criação de um discurso novo, mas reproduz discursos anteriores socialmente consolidados. Como se vê, a chamada “novidade” em discurso não existe efetivamente: o que existe, na concepção de Pêcheux, é um discurso reconfigurado, mas repleto de elementos evidenciadores das práticas sociais, ideológicas e da visão de mundo do seu sujeito-locutor.

O “**sujeito polifônico**” – estudado por Bakhtin (2006) e por Ducrot (1987)² – é, em geral, o sujeito que “fala” e se manifesta como “eu” no enunciado. É também aquele que se responsabiliza por esse enunciado. Nesse sentido, de alguma maneira o sujeito-locutor traz à

² As datas presentes nas obras de Bakhtin e Ducrot, citadas neste artigo, levam em conta as edições consultadas, não condizendo com as datas das suas primeiras edições.

tona a "voz" de outros sujeitos que cabem no que ele quer dizer naquele momento. As várias "vozes" presentes, então, no discurso recebem o nome de **polifonia**.

Esse postulado passa a vigorar a partir de então, colocando *o discurso não só como o lugar de um, mas de muitos sujeitos*.

4. Os estudos sobre o sujeito no discurso

4.1. Pragmática

Define-se Pragmática como a linguagem posta em **ação**. Nesse sentido, é mais ampla que a Semântica porque a construção do sentido de um discurso não depende, necessariamente, do significado do signo (palavra) ou da construção da sentença, mas da *situação comunicativa*, do *contrato* estabelecido entre os participantes do “jogo enunciativo”, da *interação* entre esses participantes.

Veja-se o exemplo a seguir:

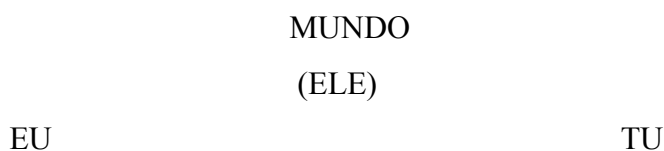
(02) Eu achei a moça bonita. (achar = considerar?)
(achar = encontrar?)

A Pragmática não concebe *ambiguidade* ao enunciado acima, já que o enunciatário é perfeitamente capaz de depreender pragmaticamente seu sentido, desde que lhe ofereçam PISTAS para uma ou outra interpretação. Sendo assim, cabe ressaltar que a efetiva compreensão do enunciado por parte do enunciatário passa muito mais por elementos pragmáticos do que pelo contexto em si, já que leva em conta aspectos mais amplos do que o "texto" materialmente escrito ou falado.

4.2. A Teoria da Enunciação

De acordo com Benveniste (op. cit., p. 286), “ *a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego eu a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um tu*”.

A **Teoria da Enunciação** (Benveniste, 1995; Bakhtin, 2006) postula que todo “eu” constrói seu discurso regulado por um “tu”. Sendo assim, toda seleção lexical, construção sintática, emprego de maior ou menor formalidade no discurso depende da relação que o “eu” estabelece com o “tu” através do MUNDO.



Como exemplo, poderíamos supor uma mãe (o "eu" discursivo) conversando com sua filha de três anos (o "tu" do discurso) sobre a importância de escovar os dentes à noite antes de dormir. Fica claro que o discurso da mãe será regulado pelas expectativas que ela faz do "tu" do discurso, nesse caso a filha de três anos. Sendo assim, a seleção vocabular, os exemplos ilustrativos devem ser, em suma, usados de acordo com esse sujeito-destinatário e esse expediente, segundo a Teoria da Enunciação, é usado em todo tipo de discurso.

4.3. Os atos de fala

A Teoria dos atos de fala, desenvolvida por *Austin* (1962) e, posteriormente, por *Searle* (1974), foca seu estudo nos verbos chamados **performativos**, ou seja, aqueles que não são reflexo da descrição do mundo (como amar, cantar, comer, etc), mas que configuram o **ato** em si mesmo (ordenar, jurar, batizar, entre outros).

Nesse sentido, o verbo performativo tem caráter institucional e só é aceitável se proferido por “*sujeitos autorizados*” socioculturalmente. Fica evidente, então, a relação de assimetria/ poder em todo **ato de fala institucionalizado**.

Observe-se o exemplo ilustrativo seguinte:

(3) Batizei a criança no domingo.

(4) Declaro o réu culpado.

A fala de (03) só é aceita se atribuída socioculturalmente a um padre ou a um ministro sacerdotal. Nesse sentido, só há discurso efetivo e aceito pela sociedade se o locutor estiver "autorizado" para proferir certo "ato enunciativo", como batizar, por exemplo. O mesmo se dá em (04): só quem pode declarar algum réu culpado ou inocente é um juiz, que é a instância social "autorizada" para proferir esse ato de linguagem.

Os exemplos em (05) a seguir ilustram a diferença proposta por Austin (op. cit.) entre verbos performativos explícitos e implícitos. Os primeiros aparecem inscritos no enunciado e os últimos ficam omitidos dele. Assim, de acordo com os exemplos dados, o verbo performativo explícito teria a função de enfatizar, de salientar a ação de maneira reforçativa.

(05)

Ato de fala 1:

- Escove os dentes, minha filha! (verbo performativo implícito)

Ato de fala 2:

- Eu disse para escovar os dentes, minha filha! (verbo performativo explícito)

4.4. A teoria dos quatro sujeitos

De acordo com Charaudeau (2008), que postula uma análise semiolinguística do discurso, todo ato de linguagem implica a existência de 04 sujeitos (e não 2), a saber:

(a) O eu-comunicante (JEc)– sujeito “empírico”, social de que parte o discurso;

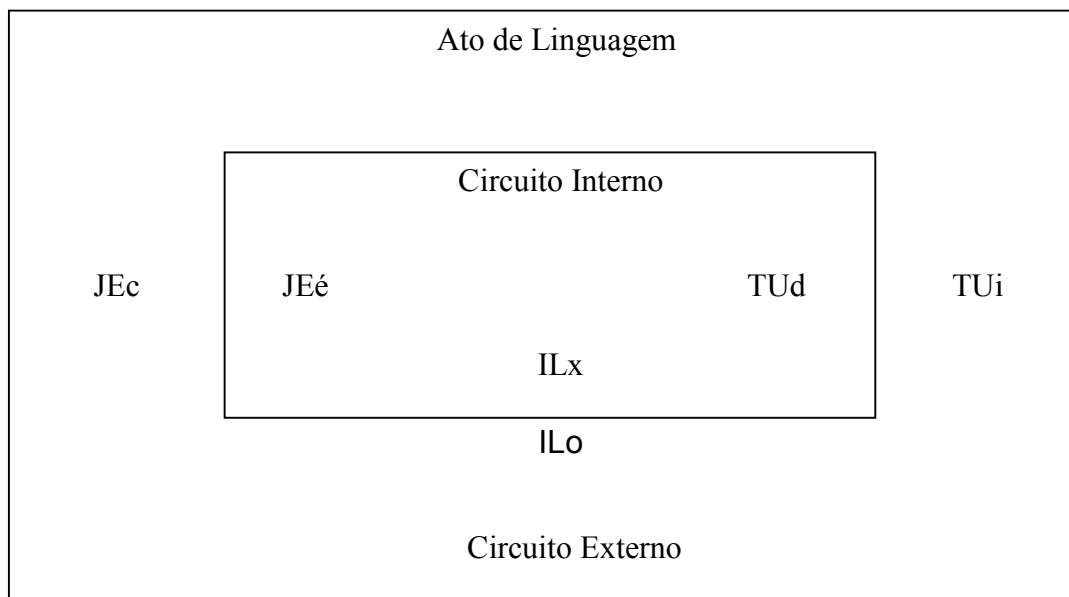
(b) O eu-enunciador (JEé) – o sujeito “discursivo” (de papel) que, *a priori*, é reflexo do eu-comunicante;

(c) O tu-interpretante (TUi) – sujeito “empírico”, social a que o discurso se dirige;

(d) O tu-destinatário (Tud)– sujeito “discursivo” projetado como “ideal” pelo eu-enunciador.

Nesse sentido, de alguma maneira, essa concepção retoma a questão da **enunciação**, já evidenciada no item 4.2. Quando se observa, por exemplo, uma carta escrita por um empregado a um patrão, o que está em jogo são as instâncias sociais "empregado" e "patrão" (sujeitos, respectivamente, "comunicante" e "interpretante" na concepção de Charaudeau). A maneira de o locutor colocar-se DISCURSIVAMENTE no enunciado evidencia o sujeito-enunciador (empregado) dirigindo-se ao sujeito-destinatário (patrão), ainda que de maneira virtual, já que o locutor apenas deduz o que representa a instância discursiva do interlocutor.

O esquema a seguir depreendido de Charaudeau (2008) ilustra o que se comentou:



5. Considerações finais

O objetivo deste artigo foi apresentar o sujeito presente na linguagem concebida como forma de AÇÃO. Para tanto, foi imprescindível pontuar alguns aspectos esclarecedores sobre as concepções do sujeito na Análise do Discurso, na Pragmática e na Teoria da Enunciação.

Como se pôde constatar, o sujeito só começa a ser visto como instância a ser observada na linguagem após as teorias formalistas perderem terreno nos estudos linguísticos.

Sendo assim, o presente trabalho procurou esclarecer que, para que a linguagem pudesse ser vista como forma de ação entre parceiros (sujeitos) sociais e discursivos, houve a necessidade de conceber a língua não como entidade abstrata e autônoma, como quer a Linguística, mas como entidade de que o sujeito se apropria, moldando-a conforme seus interesses de enunciação.

6. Referências Bibliográficas

- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: Oxford University Press, 1962.
- BAKHTIN, M. **Markismo e Filosofia da linguagem**. São Paulo:Hucitec, 2006.
- BENVENISTE, E. **Problemas de Lingüística Geral I**. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- BRANDÃO, Maria Helena Nagamine. **Introdução a análise do discurso**. ed. 2ª. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.
- CHARAUDEAU, P. **Linguagem e Discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. & MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Tradução Fabiana Komesu (et al.) São Paulo: Contexto, 2004
- DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.
- FERNANDES, Cleudemar A. SANTOS, João B. C. (Orgs.). **Análise do Discurso: unidade e dispersão**. São Paulo: EntreMeios, 2004.
- _____. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas: 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. ed. 5ª. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. **A arqueologia do Saber**. ed.7ª. Tradução Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- GREGOLIN, M. BARONAS, Roberto (org.). **Análise do Discurso: as materialidades do sentido**. 2º Ed. São Carlos, S.P: Editora ClaraLuz, 2003.
- GREGOLIN, M. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: ClaraLuz, 2004.
- LEITE, Luciana Paiva de Vilhena. **Do Clássico ao Contemporâneo: estratégias discursivas em textos de cartas do século XVI ao século XX**. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 2008

- _____. **Estratégias argumentativas no discurso jornalístico opinativo: séculos XIX e XX.** Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 2003.
- LYONS, John. **Linguagem e Lingüística: uma introdução.** Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação.** São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. **Novas tendências em análise do discurso.** São Paulo: Pontes, 1997.
- _____. **Pragmática para o discurso literário.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. **Elementos de lingüística para o texto literário.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MAZIÈRE, F. **A Análise do discurso: história e práticas.** São Paulo: Parábola, 2007.
- MIRIANI, Bethania (Org.) **A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise.** São Carlos: ClaraLuz, 2006.
- MUSSALIN, F. BENTES, A. C. (org.). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras.** Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2001.
- ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura.** Campinas: Cortez/Editora da Unicamp, 1988.
- _____. (et al.). **Sujeito & Discurso.** São Paulo: Editora da PUC-SP (Série Cadernos PUC – 31).1988b.
- _____. **Análise do Discurso: princípios & procedimentos.** ed. 6°. São Paulo: Pontes, 2005.
- PÊCHEUX, Michel. Sobre a (des)construção das teorias lingüísticas (p. 07-31). In: Línguas e Instrumentos Lingüísticos. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Campinas: Pontes, 1990.
- SARGENTINI, Vanice. NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Orgs.). **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade.** São Carlos: ClaraLuz, 2004.
- SASSURE, Ferdinand. **Curso de Lingüística Geral.** São Paulo: Cultrix, 1995.
- SEARLE, J. R. **Speech Acts.** Londres: Cambridge University Press, 1974.
- WEESWOOD, Barbara. **História concisa da lingüística.** Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola editora. 2002.